



Homologado
João Ferrão
24.08.2007



João Ferrão
Secretário de Estado do Ordenamento
do Território e das Cidades

**Protocolo de Cooperação
entre o
Instituto Geográfico Português
e a
Câmara Municipal de Sesimbra**

Considerando que:

A informação geo-referenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

A Câmara Municipal de Sesimbra, doravante designada por C.M.Sesimbra, carece de cartografia para as suas múltiplas actividades nomeadamente, no âmbito do ordenamento do território e lançamento dos PDM de 2ª geração, gestão urbanística, planeamento de pormenor, gestão e exploração de infraestruturas urbanas.

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica;

O IGP é responsável pela promoção, em coordenação com outras entidades públicas legalmente competentes, da cobertura cartográfica do território nacional;

O IGP, enquanto autoridade nacional de cartografia, deve apoiar e enquadrar as iniciativas deste âmbito, no sentido de integração num sistema coerente que reuna e disponibilize a informação geográfica aos vários utilizadores, aos níveis nacional, regional e local.



É celebrado o presente protocolo de Cooperação entre o IGP, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado por Arménio dos Santos Castanheira, na qualidade de Director Geral e a Câmara Municipal de Sesimbra, com sede na Rua da República, nº3, em Sesimbra, representada por Augusto Pólvora, na qualidade de Presidente, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª **Objecto**

O presente Protocolo tem por objecto estabelecer os termos e as condições em que será desenvolvida a cooperação entre as entidades outorgantes, no domínio da produção e homologação da cartografia digital à escala 1:5 000 para a área geográfica do concelho de Sesimbra.

Cláusula 2ª **Âmbito Geográfico**

A área geográfica referida no número anterior abrange a totalidade do concelho de Sesimbra.

Cláusula 3ª **Acções e Responsabilidades**

De acordo com o objecto do presente Protocolo, ambas as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo discriminadas, consoante as seguintes áreas de actuação:

1. No âmbito da colaboração entre os outorgantes, cabe à C.M. Sesimbra promover a realização dos procedimentos necessários à produção da cartografia digital à escala 1:5000, e ao IGP promover gratuitamente a homologação desta cartografia digital à escala 1:5000 bem como das respectivas versões actualizadas, e a evolução para cartografia oficial quando tal for considerado por qualquer das partes como necessário e conveniente
2. A C.M. Sesimbra cederá gratuitamente ao IGP os direitos de utilização sobre a cartografia produzida e respectivas versões actualizadas, para os fins tidos por convenientes pelo IGP;

Cláusula 4ª **Direitos de Autor**

1. A cartografia produzida pela C.M. Sesimbra é propriedade desta entidade, encontrando-se protegida pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não pode ser utilizada para finalidades distintas das protocoladas sem autorização expressa da C.M. Sesimbra.
2. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

Cláusula 5ª **Alteração ou revisão do Protocolo**

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

Cláusula 6ª **Vigência**

O presente Protocolo vigorará pelo período de três anos, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data de termo.

Cláusula 7ª
Resolução

1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

Cláusula 8ª
Interpretação

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 1ª.
2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

Lisboa, 01 de Julho de 2007

Pela CMSesimbra



Augusto Pólvora
O Presidente da Câmara

Pelo IGP



Arménio dos Santos Castanheira
O Director Geral